

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



ECOLOGIA POLITICA E BIODIVERSIDADE: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS, TERRITÓRIO E METABOLISMO SOCIAL

Prof. Dr. Antonio Paulino de Sousa 1, UFMA; Doutor em Ciências sociais e Sociologia;
antonio.paulino@ufma.br

Coordenador

Prof. Dr. Arkley Marques Bandeira 2, UFMA; Doutor em Arqueologia;
arkleybandeira@gmail.com

Profª Drª Klauutenys Dellene Guedes Cutrim 3, Doutora em Linguística e Língua Portuguesa; kdguedes@yahoo.com.br

Profª Drª Ana Caroline Amorim Oliveira 4, UFMA; Doutora em Antropologia;
oliveira.ana@ufma.br

RESUMO

Esta mesa tem por objetivo refletir sobre a importância da ecologia política e a biodiversidade entendida como a variabilidade de seres vivos que habitam o planeta. O princípio é que não existe de um lado a política e do outro a natureza; toda política é definida em relação à natureza pelo fato de que cada propriedade e cada função depende da vontade conflitiva de limitar e demarcar um território com a intencionalidade de orientar a vida pública a partir de uma economia política ortodoxa ou heterodoxa. Partiremos de Marx que analisa o colapso ambiental e a destruição da biodiversidade, gerados pelo modelo de produção capitalista, a partir do conceito de ruptura metabólica. A relação predatória imposta pelo capitalismo à natureza nos levou à uma crise ecológica sistêmica dos diversos ciclos que compõem a biosfera. É a tomada de consciência política dos limites desse modelo de crescimento predatório e violento, posto como grande desafio para o controle da transformação climática que põe em risco a vida humana, que surgiu a ecologia política e os movimentos ecológicos. É necessário considerar que o trabalho é um processo de relação entre o homem e a natureza e o homem, por sua ação, regula e controla seu metabolismo social com a natureza. Ao agir sobre a natureza externa e modificando-a ele modifica ao mesmo tempo sua própria natureza. É essa relação de interdependência é importante para se pensar políticas públicas alternativas afim de preservar a biodiversidade sem desvincular esse problema das lutas territoriais.

Palavras-chave: Ecologia política 1; metabolismo social 2. Território 3.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Summary

This table aims to reflect on the importance of political ecology and biodiversity understood as the variability of living beings that inhabit the planet. The principle is that politics does not exist on one side and nature on the other; all politics is defined in relation to nature by the fact that each property and each function depends on the conflicting will to limit and demarcate a territory with the intention of guiding public life from an orthodox or heterodox political economy. We will start with Marx, who analyzes the environmental collapse and destruction of biodiversity, generated by the capitalist production model, based on the concept of metabolic rupture. The predatory relationship imposed by capitalism on nature has led us to a systemic ecological crisis of the various cycles that make up the biosphere. It is the political awareness of the limits of this model of predatory and violent growth, posed as a great challenge for controlling the climate change that puts human life at risk, that political ecology and ecological movements emerged. It is necessary to consider that work is a process of relationship between man and nature and man, through his action, regulates and controls his social metabolism with nature. By acting on external nature and modifying it, he modifies his own nature at the same time. It is this relationship of interdependence that is important for thinking about alternative public policies in order to preserve biodiversity without disconnecting this problem from territorial struggles.

Keywords: Political ecology 1; social metabolism 2. Territory 3.

A ECOLOGIA POLÍTICA E A RELAÇÃO HOMEM NATUREZA: TRABALHO APÍCOLA E CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA

Prof. Dr. Antonio Paulino de Sousa¹

RESUMO

Este artigo visa refletir sobre a ecologia política e o trabalho apícola levando em conta a crise ambiental. O ponto de partida é a crítica da lógica capitalista de exploração da natureza elaborada por Marx a partir dos conceitos de metabolismo e sustentabilidade. É a tomada de consciência política dos limites do modelo de crescimento predatório e seu desafio para o controle da transformação climática, que coloca em risco a vida humana, que surge a ecologia política e movimentos ecológicos como lutas políticas. Baseando-se em trabalho empírico analisa-se a relação entre o apicultor e a natureza. Para estes a produção do mel implica em abandonar a prática extrativista e pensar a preservação, plantar, manter as florestas existentes e a biodiversidade. Na pesquisa de campo constatou-se o nível de consciência ecológica dos apicultores e o engajamento em defesa da preservação da natureza e por melhores condições de vida.

¹Doutor em Sociologia pela Université de Paris-7 e doutor em Ciências Sociais pela Faculté des Sciences Sociales et Économiques (FASSE-PARIS). Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia, membro do quadro permanente do PPGCSOC e do PPGE-UFMA. Grupo de pesquisa sobre produção do conhecimento econômico e formação dos economistas: Estado, quantificação e dominação dos números.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Palavras- Chave: Ecologia política, apicultura, metabolismo social

SUMMARY

This article aims to reflect on political ecology and beekeeping work taking into account the environmental crisis. The starting point is the critique of the capitalist logic of exploitation of nature elaborated by Marx based on the concepts of metabolism and sustainability. It is the political awareness of the limits of the predatory growth model and its challenge to control climate change, which puts human life at risk, that political ecology and ecological movements emerge as political struggles. Based on empirical work, the relationship between the beekeeper and nature is analyzed. For them, honey production implies abandoning the extractive practice and thinking about preservation, planting, maintaining existing forests and biodiversity. In the field research, the level of ecological awareness of beekeepers and engagement in defense of nature preservation and better living conditions was verified.

Keywords: Political ecology, beekeeping, social metabolism

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho se inscreve numa pesquisa mais ampla e coletiva sobre “Conservação da biodiversidade: interface da economia criativa com a qualidade ambiental”, financiado pela CAPES (Edital Nº 13/2020)². O objetivo principal é analisar as condições sociais que tornaram possível a formação de uma consciência ecológica dos apicultores de Anajatuba-MA³ e da região do Alto Turi-Ma⁴. As pesquisas de campo para a produção dos dados que incluem visitas a apiários e entrevistas tiveram início em 2020. Algumas entrevistas, no entanto, foram feitas através do Google meet

²O projeto envolve o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc); Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PPGCult); Programa de Pós-Graduação em Saúde e Ambiente (PPGSA); Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade e Conservação (PPGBC).

³Anajatuba é um município que se localiza na mesorregião Norte Maranhense e microrregião da Baixada Maranhense e o Teso, área de difícil acesso, é um conjunto de pequenas ilhas pluviais. A distância entre a capital São Luís e Anajatuba é de 136 km.

⁴Esta região do Alto Turi localiza-se no noroeste do Estado, próximo ao Estado do Pará. Toda a extensão do seu perímetro é classificada como Amazônia Maranhense, região da floresta influenciada pelo rio Turiçu, que nasce na própria região, na Serra da Desordem, com presença também de cerrado. Os municípios que compõem a região são os seguintes: Araganã, Governador Newton Belo, Nova Olinda do Maranhão, Presidente Médici, Santa Luzia do Paruá e Zé Doca.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

durante a pandemia, e as presenciais ainda estão em andamento nas referidas regiões. Nas duas regiões a prática de extração do mel era extrativista. Contudo, com a presença de diversas instituições, os trabalhadores rurais receberam formação técnica e financiamento e se tornaram apicultores. A confluência de diversas questões e a especificidade da apicultura fez emergir uma consciência ecológica e uma profunda preocupação com a sustentabilidade.

O conceito de metabolismo social e sustentabilidade de Marx são instrumentos teóricos essenciais para a compreensão deste problema. A abordagem de Marx antecipou e serviu de base para grandes avanços na ecologia política de fins do século XIX e do início do XX. Além disso, a sua crítica ecológica está vinculada a uma crítica política e econômica do capitalismo e é a mais desenvolvida perspectiva teórica dos sistemas dialéticos que temos, porque ela permite compreender o papel complexo do capitalismo na degradação do trabalho humano e da natureza.

É a tomada de consciência política dos limites desse modelo de crescimento, predatório e violento, que coloca como grande desafio o controle da transformação climática que põe em risco a vida humana e o próprio ecossistema, que surge a ecologia política e movimentos ecológicos. A ecologia científica reconhece a necessidade de limitar a destruição dos recursos naturais. É nesse sentido também que a passagem de uma prática de coleta do mel de forma extrativista para criação racional de abelhas, fez emergir uma grande preocupação dos apicultores com a preservação da natureza. O problema prático para os apicultores é o de responsabilidade sustentável; para eles trabalhar neste campo de produção agrícola é possível plantar árvores, manter as florestas existentes e a biodiversidade, além de obter maior renda e transformar os modos de vida através de uma nova percepção da relação homem e natureza.

2 O METABOLISMO SOCIAL

Para pensar a ecologia política é necessário situar o debate ecológico e a lógica capitalista de exploração da natureza. Marx assumiu posições em defesa da

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



ecologia e isso se constata pela presença dos conceitos de metabolismo, de sustentabilidade e da ideia de superação da falsa oposição entre antropocentrismo e ecocentrismo. Marx tem uma consciência ecológica que se expressa também na concepção sistêmica da relação que o homem tem com a natureza. Esta relação, é designada pelo conceito de metabolismo que foi forjado pelo químico alemão Justus Von Liebig. Para Justus a agricultura moderna destrói a possibilidade de retorno à terra dos elementos nutritivos que permitem a renovação da fertilidade da terra. Marx fez uma análise da degradação ecológica principalmente através da agricultura e da fertilidade ou não do solo. Esta análise não está isolada do conjunto da sua obra. “O solo de qualidade superior é escolhido por oferecer as melhores perspectivas de o capital nele empregado ser rentável, porquanto tal solo contém a maior parte dos elementos naturais da fertilidade, e trata-se apenas de aproveitá-lo” (MARX, 2017, p. 743). Marx nos diz ainda que:

A humanidade tem necessariamente se dedicado à agricultura ao longo da história da civilização, ou seja, à forma triádica humanidade-agricultura-solo. A história da civilização é repleta de exemplos nos quais a agricultura toma direções não sustentáveis, degradando o solo. Com o desenvolvimento da agricultura industrializada sob o capitalismo, no entanto, novas relações mercantis emergem, o que perturba essa relação eterno-natural de maneiras qualitativamente novas, resultando em uma mais intensa e sistemática ruptura metabólica na agricultura e prejudicando o retorno ao solo de nutrientes essenciais (por exemplo, nitrogênio, fósforo e potássio). Isso leva a uma irreparável ruptura no processo interdependente do metabolismo social, um metabolismo prescrito pelas leis naturais da própria vida (MARX apud Foster; Clark, 2020, p. 175).

Assim, o desenvolvimento capitalista das forças produtivas tem um efeito nocivo que é a ruptura metabólica entre a produção humana e as condições naturais. Esta ruptura é bem ilustrada pela poluição e a perda da fertilidade do solo, fenômenos que já apareciam no século XIX. Marx utiliza o conceito de ruptura metabólica para compreender a alienação dos seres humanos em relação às condições de sua existência no capitalismo. A agricultura em grande escala cria uma ruptura metabólica entre os seres humanos e a terra e isso consiste em dizer que as condições fundamentais de preservação da terra estão sendo violadas. Em outros termos, Marx sempre teve uma concepção dialética das relações sociais e o trabalho é também

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

uma relação dialética entre o homem e a natureza. A emergência da ecologia política e da teoria do desenvolvimento durável estão sistematicamente associados ao conceito de sustentabilidade ecológica. Estas questões são bem problematizadas na seção III e X do livro III de *O Capital* (MARX, 1917).

Para ir além da falsa oposição entre antropocentrismo e ecocentrismo é necessário, para Marx, manter através do tempo a ligação que une homem e natureza e nesse sentido, metabolismo e sustentabilidade. A terra é um campo específico de ocupação do trabalho, fonte das forças naturais e elemento central no processo de produção.

Renda, lucro e salário parecem brotar, assim, do papel que, no processo simples de trabalho desempenham a terra, os meios de produção produzidos e o trabalho, ainda que consideremos esse processo de trabalho como ocorrendo apenas entre o homem e a natureza e desconsiderando qualquer determinação histórica (MARX, 2017, p. 888).

Para Marx o processo de acumulação capitalista pode ser analisado como a dominação do valor de troca sobre o valor de uso, ou seja, do valor sobre a riqueza.

Logo entra em cena o processo de circulação, em cujo metabolismo e em cuja metamorfose recaem todas as partes do capital, inclusive do capital agrícola, no mesmo grau em que se desenvolve o modo de produção especificamente capitalista. Trata-se, aqui, de uma esfera em que as relações de produção originária de valor caem para um segundo plano (MARX, 2017, p. 890).

E neste caso a dominação da economia, da lógica da acumulação sobre a sociedade e o valor de uso onde a natureza passa a ter apenas um valor de troca; que gera, por sua vez, a destruição ecológica em nome da maior produtividade criando assim a ruptura metabólica. Isto provoca grandes custos socioeconômicos e ecológicos.

3 SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA

A emergência da ecologia política e a teoria do desenvolvimento sustentável permitiram o surgimento do conceito de sustentabilidade ecológica e este conceito é associado ao de sustentabilidade social. A ecologia política se construiu em oposição à ecologia apolítica na qual o problema da destruição da natureza era analisada sob o ângulo técnico e biofísico. Uma das principais análises deste problema se encontra

PROMOÇÃO



APOIO





no livro de Michael Watts, *Silent Violence*. Ele demonstrou que o problema ecológico está sempre imbricado em questões sociais e políticas de um Estado que regula ou não as relações entre trabalho e capital e a redistribuição dos resultados da produção social. A ecologia política analisa as dinâmicas ecológicas e sócio econômicas da gestão do meio ambiente com uma especificidade que são as lutas políticas em relação ao acesso à terra, ao uso e controle dos recursos naturais (WATTS, 1983).

Admite-se que a satisfação das necessidades de hoje não deve hipotecar as necessidades das gerações futuras. “Mesmo uma sociedade inteira, uma nação, ou, mais ainda todas as sociedades contemporâneas reunidas não são proprietários da terra. São apenas possuidores, usufrutuárias dela, e, como *boni patres familias* [bons pais de família], devem legá-la melhorada às gerações futuras” (MARX, 2017, p. 836). Esta preocupação com a sustentabilidade está presente na obra de Marx quando ele analisa a cultura agrícola de diversos produtos oriundo da terra que dependem da flutuação do mercado e que acarreta a mudança constante da produção agrícola, algo que faz parte do espírito do capitalismo e que, por sua vez, está em contradição com a agricultura que deve produzir levando em consideração as gerações humanas que se sucedem historicamente. É necessário que a terra seja racionalmente considerada como propriedade coletiva para garantir a reprodução das gerações sucessivas.

A natureza, que contribui com a produção do valor de uso é fonte de riqueza e de trabalho. “A terra pode, por exemplo, atuar como agente de produção na criação de um valor de uso, de um produto material, do trigo. No entanto, ela não tem nada a ver com a produção do valor do trigo” (MARX, 2017, p. 879). Isto na medida em que o valor representado no trigo diz respeito a uma quantidade de trabalho social incorporada na mercadoria cujo valor é determinado pelo mercado e muitas das vezes arbitrariamente como se observa neste depoimento de um jovem apicultor:

no ano passado nós vendemos a primeira remessa do mel por 14,50 e a segunda a empresa só quis pagar 11 reais dizendo que o valor tinha baixado. A empresa demorou a pagar e nós tivemos que aceitar esse valor porque a gente podia até perder porque eles levaram o mel em novembro 2022 e só pagaram no mês de março deste ano 2023. Então é difícil” (ALVES, apicultor Anajatuba)⁵⁵.

⁵⁵ Todos os nomes dos apicultores entrevistados são fictícios.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Neste caso específico o valor aparece como uma construção social e uma relação de força profundamente desigual entre o capital e o trabalhador do campo apícola. Aqui se nota a ausência de um agente social regulador destas relações comerciais que são por definição de luta e concorrência no processo de definição do valor do mel. Rocha e Mathieu afirmam que o mercado do mel é desorganizado e fragmentado entre diversos atores onde também os preços são tratados de “*gré à gré*” (de comum acordo) em um campo de negociantes mais ou menos informais (ROCHE; MATHIEU, 2017, p. 44).

A ecologia como ciência nos faz compreender a interação da humanidade com o ecossistema terrestre, ou seja, com o que constitui a base natural, o não reprodutivo da ação humana. O ecossistema natural, diferente do sistema industrial, tem condições e capacidades de se autorregular e evoluir no sentido de sua complexidade e de sua diversidade. Essa habilidade para se autorregular é destruída pelas técnicas cujo objetivo é racionalizar, tornar previsível e calculável os recursos naturais. Nesse sentido, um estudo científico do ecossistema determina tecnicamente o nível de poluição ecologicamente aceitável. A ecologia científica reconhece a necessidade de limitar a destruição dos recursos naturais e a necessidade de se pensar a transição ecológica em termos de gestão racional da água, da terra, das florestas e dos oceanos, o que significa pensar políticas públicas de limitação dos rejeitos, reciclagem e desenvolvimento de técnicas não destruidoras da natureza.

E, também, que se construía políticas públicas de incentivos à prática apícola por se constituir como uma das práticas agrícola cuja existência depende da preservação da natureza e da biodiversidade; além de geração de renda para os apicultores. Entendo que políticas públicas para a apicultura se inscreve como política de preservação do meio natural e, também, como luta social para a permanência do trabalhador rural em suas terras, como se observa neste depoimento:

Com certeza, se não fosse a apicultura estaríamos em uma região só de pecuária. A apicultura seguiu o homem no campo. A apicultura aqui, através da Turimel, desenvolveu um grande papel social, tanto da alimentação dos produtores como da fixação dele na própria terra para trabalhar. Isso para mim foi muito gratificante ver hoje meus companheiros na sua terrinha

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



trabalhando. O povo estava sem perspectivas com o desmatamento que só crescia desde 1993. Vimos nossos filhos e amigos indo embora, vendendo suas terras para grandes fazendeiros (ADONALDO, apicultor do Alto Turi).

4 O MOVIMENTO ECOLÓGICO

O movimento ecológico surgiu espontaneamente contra a destruição da cultura do cotidiano pelo poder econômico e administrativo. É dessa mesma forma que surgiu a consciência ecológica a partir das práticas apícolas tanto no Alto Turi quanto em Anajatuba. Em relação ao primeiro problema, as primeiras manifestações do que se tornaria movimento ecológico eram direcionados, na América do Norte e na Europa, contra as tecnologias em favor das quais as indústrias privadas e públicas desapropriavam a população de seus *meios de vida*; esses eram transformados e colonizados para atender às exigências do capitalismo industrial. Esta lógica aliena os habitantes de seu meio natural, violentava e confiscava o que é de domínio público em benefício dos aparelhos técnicos que simbolizavam a violação pelo capital e pelo Estado de direito dos indivíduos a determinarem eles mesmos suas formas de viver coletivamente, de produzir e de consumir. Esta violação é mais preocupante ainda quando se trata da construção de centrais nucleares que estava fundamentada em escolhas políticas e econômicas maquiadas em escolhas tecnicamente racionais e socialmente necessárias (GORZ, 1992, p. 18-20).

A resistência à destruição da autonomia existencial dos indivíduos e das “comunidades tradicionais” é o que originou o movimento político ecológico contra o reino da expertise, da quantificação e contra a dominação do mercado financeiro. Essa racionalidade econômica se desenvolve e tende a submeter todas os outros campos, até mesmo a vida e as bases naturais da via ao seu domínio.

A consciência ecológica dos apicultores se observa em diversos depoimentos. Mas citaremos apenas dois depoimentos. No primeiro um apicultor nos diz:

Eu não tenho terreno, minhas colmeias ficam longe da cidade a uns 15 km. Terreno do sogro do meu cunhado. Eu cerco meu apiário e faço o beneficiamento. Ao redor da cerca enchi tudo de árvores nativas daqui, tarumã, ipê rosa, murici, eu vou plantando e depois quando eu tiro o apiário de lá, fica para o dono (AURÉLIO, apicultor Alto Turi).

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



No segundo depoimento o apicultor expressa, também, sua consciência ecológica e política ao afirmar:

Eu não quero que ninguém corte mais nada nenhuma mangueira, nenhum pau mais. Lá tem uns meleiros que lá tiram, se fosse por mim nós já tinha denunciado e não deixava mais cortar. Não se interessam para querer trabalhar porque não querem, porque se você está derrubando uma mangueira está derrubando uma família, acabando a natureza; às vezes eles derrubam uma mangueira toda enflorada, que é uma beleza. O período da florada começa agora em julho, ainda não está florando porque ainda está chovendo (JOSÉ, apicultor Anajatuba).

O movimento ecológico se justifica objetivamente pela necessidade urgente, demonstrada cientificamente, de uma ruptura com o industrialismo dominante e a sua religião econômica do crescimento ilimitado. A principal conclusão de Marx

...foi o que se poderia chamar de princípio de acumulação infinita, isto é, a tendência inexorável do capital de se acumular e de se concentrar, mas mãos de uma parcela cada vez mais restrita da população, se houvesse um limite natural para esse processo. Daí decorre a derrocada apocalíptica do capitalismo prevista por Marx [...] De um modo ou de outro, nenhum equilíbrio estável, socioeconômico ou político, seria possível (PIKETTY, 2014, p. 17).

Os recursos naturais são cientificamente limitados e por esta razão é necessário refletir sobre formas ecológicas sustentáveis de retirar da natureza apenas o necessário para a reprodução da vida humana. O problema colocado pela ecologia política é o das práticas que levam em conta as exigências do ecossistema pelo julgamento da sociedade autônoma. O significado profundo da ecologia política é o de reestabelecer politicamente a correlação entre menos trabalho e menos consumo de um lado e por outro lado mais autonomia e mais segurança existencial para cada cidadão (GORZ, 1992, p. 27).

5 A VIDA NO PLANETA E A ECONOMIA DOS RISCOS AMBIENTAIS

As relações sociais entre os homens e a natureza já provocaram impactos que comprometem a continuidade da própria espécie humana e da vida no planeta. O modelo econômico ortodoxo amplia o nível das desigualdades sociais e o desequilíbrio ambiental. Os historiadores ambientais dizem que falar em ecologia e meio ambiente em 2015 equivale a repetir os mesmos termos que foram utilizados

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



em 1950, 1970, ou até mesmo em 1855 com a intenção de lutar e protestar contra a destruição perpetrada pela industrialização sobre a natureza (LATOURET, 2020, p. 2020-221). Nesse sentido, a humanidade deve encontrar alternativas para pensar a transição ecológica fundamentada em uma relação não predatória da natureza. Em entrevista um apicultor nos mostra a sua preocupação com o meio ambiente e sua forma original utilizada para envolver o dono da terra:

Eu pago 5% sobre a colheita, que eu acho justo. Justo e tem uma decorrência ambiental. Justo porque a maioria dos apicultores que alugam terreno para colocar abelhas, eles pagam uma conta fixa e trazem 60 a 70 colmeias e pagam um valor. Eu já prefiro pagar um percentual porque tem decorrência indireta quando pago por percentual; um se a gente calcular por caixa que você coloca, eu tenho 30 a 40 caixas no máximo. O dono do terreno ganha mais do que com uma cota fixa. É uma decorrência indireta porque o dono cuida para que o fogo não passe, não queime a pastagem apícola e aí ele ganha mais. Se eu colho pouco, ele não cuida daí ele ganha menos. Então é uma decorrência ambiental muito boa nesse sentido que eu considero (risos). Poucos fazem isso, eu teimei nessa situação e desta forma e tem suas vantagens, o meio ambiente agradece e o dono se ajuda a cuidar por causa da questão do fogo, ele sai ganhando e quem mais ganha é o meio ambiente (ALVARO, apicultor Alto Turi).

Ainda nessa perspectiva de transição ecológica, é preciso refletir sobre um modelo econômico capaz de conciliar as dimensões econômicas, sociais e ambientais. Neste sentido, Ignacy Sachs considera que crescimento econômico é necessário, mas deve ser “socialmente receptivo e implementado por métodos favoráveis ao meio ambiente, em vez de favorecer a incorporação predatória do capital da natureza ao PIB” (SACHS, 2009, p. 52). Como aprender a raciocinar sobre os valores de uso e não unicamente sobre os valores de trocas?

Nos corredores da conferência de Estolcomo Maurice Strong lançou o conceito de ecodesenvolvimento a fim de lutar em defesa do meio ambiente. “...trabalharíamos vários anos no aperfeiçoamento do conceito de ecodesenvolvimento, que nesse meio termo se transforma em desenvolvimento sustentável (termo que me desagrada profundamente)” (SACHS, 2009, p. 234). Esse conceito é centrado na valorização dos recursos renováveis, da floresta e das águas considerando que a Amazônia é um ecossistema que possui grandes recursos hídricos e para preservá-los ecologicamente é necessário manter as florestas.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

“É preciso deslanchá-lo depressa para colocar em órbita certa o ecodesenvolvimento, sem cair na armadilha do meio ambiente no sentido estrito do termo. Para isso, pensamos que se deve centrar o debate nas modalidades de uso dos recursos naturais na produção e na divisão dos frutos do crescimento” (SACHS, 2009, p. 241). No entanto, por questões políticas o conceito ecodesenvolvimento tornou-se um termo desaconselhável e foi progressivamente substituído pela expressão em Inglês *sustainable development* e em francês *développement durable* (SACHS, 2009, p. 243).

No mesmo movimento William Kapp escreveu um livro pioneiro sobre os custos sociais da empresa privada, nos diz Ignacy Sachs. A economia capitalista é entendida por Kapp como uma economia dos custos não pagos.

Estes custos cobrem um amplo espectro de deseconomias ambientais e sociais, incluindo aspetos tão diversos e heterogêneos como a poluição ambiental; o esgotamento dos recursos não renováveis e a exaustão dos recursos renováveis; o congestionamento urbano; a deterioração das condições de trabalho, acidentes de trabalho e doenças profissionais; os efeitos nocivos das mudanças tecnológicas, a instabilidade económica e o desemprego; ou, como tem vindo a acontecer com particular pungência no decurso da presente crise, o sacrifício do bem-estar das pessoas ditado pelos ritmos, interesses e exigências da engrenagem económica. Incluem, na verdade, toda uma variedade de ‘deseconomias’, riscos acrescidos e incertezas que podem estender-se até muito longe no futuro” (KAPP apud NEVES, 2011, p. 61).

O processo de disrupção ambiental não se constitui, em regra, como uma relação bilateral que resulta de um contrato voluntário entre os poluidores, que causam danos às populações e indivíduos ou comunidades específicas. O processo não tem nada em comum com uma relação mercantil entre duas pessoas. A população é desprotegida e são vítimas de um processo de degradação de qualidade do meio ambiente. “Tudo isto nos leva a uma característica central da abordagem de Kapp: a ideia de que os processos causais que ligam a produção, o ambiente natural e social e os indivíduos envolvem dimensões “econômicas” e “não-econômicas” numa complexa rede de interdependências sistêmicas” (NEVES, 2011, p. 62).

6 TRABALHO APÍCOLA E CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA

PROMOÇÃO



APOIO





A relação simbólica e de preservação das abelhas persiste em nossos tempos como forma de defesa da biodiversidade através do trabalho apícola e luta em defesa da ecologia. Um dos mitos mais poderosos é o da sociedade perfeita, cujas organização e governabilidade são asseguradas pela abelha rainha. O mel nos faz pensar nas origens do tempo em que havia uma simbiose entre homem e natureza. A colmeia era, então, um tesouro fascinante a ser estudado e uma organização quase perfeita do trabalho e da ordem social, ao mesmo tempo em que era um mistério que evidencia a incapacidade humana de compreender as relações entre homem e Natureza (ROCHE; MATHIEU, 2017, p. 8-9). O trabalho é entendido como um processo entre o homem e a Natureza "...processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural [...]. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza" (MARX, 2020, p. 255).

No ranking mundial da produção de mel, o Brasil ocupa a quinta posição e a região Nordeste é a terceira maior produtora do país (SANTOS; RIBEIRO, 2009, p. 5). Santos e Ribeiro (2009) ressaltam a importância da apicultura para a região Nordeste do Brasil, porque contribui com a conservação do ecossistema que vem sendo degradado com a retirada de lenha, desmatamento e queimadas, em decorrência da falta de alternativa para a sobrevivência do sertanejo.

Neste caso específico o metabolismo social envolve um caso específico de destruição das flores e expulsão dos índios de suas terras, como é o caso da colonização da região do Alto Turi. Nesse sentido a concepção de Foster é que o metabolismo social

...era a atividade produtiva efetiva, aquela que constitui um intercâmbio ativo da humanidade, por meio do trabalho, com a totalidade da natureza (isto é, o metabolismo universal) mesmo que, concretamente, tome formas históricas específicas e envolva processos distintos (FOSTER; CLARK, 2020, 174).

A confluência dessa proposta encontra apoio de um coletivo de trabalhadores rurais que têm interesses comuns em relação às novas técnicas de domesticação das

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



abelhas, cujo desenvolvimento aumentou a produção do mel na região. Inicialmente, o mel era vendido em garrafões e aos poucos, com a fundação da Associação de Apicultores da Região do Alto Turi Maranhense - Turimel, criaram-se novos modos de produção e comercialização do mel, que consistem na venda direta para grandes empresas. Disso emerge, então, a necessidade de uma política que reúne os apicultores em torno de um objetivo comum. Isso se justifica pela exigência de instrumentos capazes de enfrentar os mecanismos de concorrência do mercado do mel.

Nesta pesquisa, a colonização dirigida na região do Alto Turi é compreendida como um longo processo de expropriação, apropriação privada e expansão do mercado de terras no território. O trabalhador rural que se se fixava nas terras através da colonização espontânea foi obrigado a abandoná-las na ilusão de adquirir uma parcela de terra em áreas de colonização dirigida. O resultado foi que muitos trabalhadores rurais abandonaram seus lotes na área de colonização por falta de políticas públicas. As instituições oficiais de reforma agrária, através da colonização dirigida, não deram garantias jurídicas nem financeiras para a fixação do homem no campo, mas, ao contrário, trouxeram mais conflitos de terras, causando diversos transtornos sociais e ambientais.

Nessa região do Alto Turi, as primeiras inciativas que deram bons resultados no campo da apicultura foram devidas aos movimentos sociais e à Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Esta, percebendo o avanço do desmatamento, o acirramento dos conflitos de terra e a falta de perspectivas para os jovens e as famílias, passou a se interessar pela atividade apícola e elaborou um projeto de produção de mel como alternativa econômica para geração de renda para os camponeses da região e, também, como forma de lutar pela preservação do ecossistema.

Os apicultores da região do Alto Turi começaram a se organizar em cooperativas e posteriormente em associações. A construção da produção e comercialização do mel nessa região foi lenta e resultou da iniciativa da Igreja

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Católica, cuja luta consistia em evitar o desmatamento e o avanço da pecuária na região. Na concepção de Marx a natureza e a sociedade são irreduzíveis e uma não deve ser subsumida à outra.

Em vez disso, uma dialética materialista de sistema aberto – centrada nas categorias da mediação e da totalidade e levando em conta o caráter heterogêneo da realidade e dos níveis integradores – fornece a única base crítico-realista significativa para análise (FOSTER; CLARK, 2020, p. 183).

Nesta perspectiva, as práticas tradicionais de coleta do mel tal como o extrativismo foram repensadas e orientadas para a criação racional de abelhas. O extrativismo é bem caracterizado no depoimento de um apicultor de Anajatuba:

A trajetória foi muito difícil, se eu lhe falar a verdade, no começo eu era meleiro. Meleiro é a pessoa que vai para as matas e para retirar o mel ele destrói as árvores com fogo para retirar o mel. Desde adolescente eu já vivia na natureza mexendo com as abelhas para atirar o meu sustento (CESAR, apicultor de Anajatuba).

A prática apícola, que substituiu o extrativismo predatório e a sustentabilidade estão profundamente imbricadas na concepção dos apicultores tanto de Anajatuba quanto do Alto Turi. A apicultura promove melhores condições de vida regional e preserva o meio ambiente e é, por definição uma prática agrícola ecológica rentável e sustentável.

A consciência ecológica é perceptível nas entrevistas quando um apicultor de Anajatuba nos diz que seu objetivo é não transmitir a prática extrativista como herança porque

“...eu procurei fazer uma família, mas continuava na caça. Mas eu pensei uma coisa, eu não vou mostrar isso para meus filhos, não quero isso para meus filhos. Eu vou ter que dar um jeito de fazer e buscar uma forma sustentável em que eu possa continuar retirando da natureza, mas sustentar a natureza também, não viver de forma tão agressiva com a natureza” (CESAR, apicultor de Anajatuba).

É bem verdade que a prática extrativista de coleta do mel não cessou com a apicultura, mas é bem verdade também que dada nível desconsciência ecológica os apicultores, espontaneamente, fizeram um movimento ecológico no sentido de incentivar e transmitir as técnicas apícolas para os meleiros como forma de solidariedade e preservação da natureza.

PROMOÇÃO



APOIO



“Eu já estou criando um outro projeto que é o da abelha sem ferrão, que ainda tem gente tirando mel de forma clandestina e eu fiz treinamento para fazer o projeto igual para levar as famílias a criar, não destruir e trazer essas pessoas para trabalhar na certeza de que ele pode ter uma renda e qualidade de vida para as famílias” (CESAR, apicultor de Anajatuba).

Ainda nesse mesmo sentido um outro apicultor expressa sua preocupação com a preservação ambiental e nos disse em entrevista que

trabalhando com apicultura eu consigo manter as florestas no entorno do meu apiário, acho que essa foi a maior importância, a maior motivação para mim e a complementação da minha renda familiar. É um trabalho interessante, tenho incentivado as pessoas [...] já despertaram uma consciência da preservação dos manguezais, preservação das árvores” (VALDIR, apicultor de Anajatuba).

O que se observa na pesquisa empírica é que a relação com a natureza se alterou com a participação no projeto da apicultura porque gerou impactos ambientais positivos no que diz respeito à concepção de sustentabilidade que foi incorporada pelos apicultores. A pesquisa de Maria Salviana e José Ednilson sobre apicultura e sustentabilidade em Sobral conclui afirmando que “...a apicultura é uma atividade econômica que pode caminhar na direção da sustentabilidade, promovendo o bem-estar humano e o bem-estar ecológico” (LOURENÇO; CABRAL, 2016, p.112).

7 CONCLUSÃO

A grande contradição entre riqueza e valor está no cerne do processo de acumulação capitalista associado à degradação e violação das condições naturais. Esta contradição ecológica encontra-se dentro do valor capitalista e de todo o processo de produção e acumulação que servem para explicar a tendência do sistema em direção a crises ecológicas e a ruptura metabólica. Na sociedade industrial é a transformação dos recursos naturais que é o princípio da vida social e os conflitos sociais relativo à distribuição desses recursos engendra os principais encontros sociais e políticos. Passamos, nos diz Alain Touraine,

...de um crescimento técnico à consciência de um risco mortal induzido pela aceleração do efeito estufa, pela dispersão na atmosfera de uma quantidade sempre maior de CO₂, pelo risco de inundações de vastas regiões costeiras devidas ao derretimento das geleiras [...] e pelo aumento da temperatura e o deslocamento das zonas climáticas (TOURAINÉ, 2010, p.54).

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Esta questão nos induz a problematizar o modo de produção capitalista, baseado no valor de troca que foi identificado como progresso, e a gestão dos recursos naturais que devem ser utilizados de forma sustentável. Nesta configuração a ecologia política, nos diz Alain Touraine,

assume uma importância similar à economia política, e parece que tal mutação não saberia ser eficaz sem que sejam tomadas decisões globais, e sem que se freie o consumo[...], que seja compatível com o aumento dos recursos dos países mais pobres (TOURAINÉ, 2010, p. 54).

As multinacionais criam suas estratégias para manter os pesticidas no mercado mesmo sabendo os riscos que estes produtos acarretam, em termos de destruição da biodiversidade. E, ao mesmo tempo, os apicultores se organizam, em sindicatos e associações, e lutam para manter as abelhas vivas e saudáveis. Como podemos constatar neste depoimento:

Aqui teve uma época que teve uns senhores fazendeiros colocando veneno nas áreas, herbicidas de avião e a gente correu logo na justiça para proibir porque estava matando as abelhas e estava prejudicando até as famílias, tinha gente adoecendo por causa desta prática de colocar o veneno de avião e essa prática acabou, não tem mais, não sei se ainda vai aparecer, para se colocar herbicida aqui de avião. Esta prática não existe mais. Foi controlada. Agora o pessoal que ainda joga herbicida nas suas fazendas para matar o mato de folhas, coloca com o trator ou no manual com a bombinha e respeitam a distância dos apiários (DAVI, apicultor Alto Turi).

Existe um bloqueio à melhoria das condições de vida dos apicultores na medida em que lhes é negado acesso à saúde, educação e meios adequados de escoamento da produção do mel. E, no entanto, eles prestam um grande serviço à sociedade ao elegerem como uma das principais preocupações a defesa do meio ambiente e da biodiversidade.

A história da conformação do campo ambiental nos fala sobre jogos de forças, concepções e valores acerca da relação entre cultura e natureza. Esses jogos de força vão aos poucos instituindo modos de viver essa relação, vão corporificando uma espécie de ethos ambiental (COMUNELLO, 2014, p. 2).

O trabalho apícola é considerado pelos próprios apicultores entrevistados como a principal fonte de renda e, além disso, podemos afirmar esta prática agrícola criou condições sociais para a formação de uma consciência ecológica.

PROMOÇÃO



APOIO



7 – REFERENCIAS

ANDRADE, T. de. Inovação e sustentabilidade. **Ambiente e Sociedade**, v. 7, n. 1, jan./jun. 2004.

BOTH, J. P. C. L.; KATO, O. R.; OLIVEIRA, T. F. Perfil socioeconômico e tecnológico da apicultura no município de Capitão Poço, estado do Pará, Brasil. Amazônia: **Ci. & Desenv.**, Belém, v. 5, n. 9, jul./dez. 2009.

COMUNELLO, Luciele; Nardi, Campo. Ambiental, Habitus Ecológico e Aprendizagem Situada: contribuições para a Educação Ambiental, **X ANPED SUL**, Florianópolis, outubro de 2014. In http://xanpedsul.faed.udesc.br/arg_pdf/1447-1.pdf, Acesso: 04/06/2023.

FOSTER, John Bellmy; CLARK, Brett. Marxismo e a dialética da ecologia. **Revista crítica marxista**, nº 50, 2020. In https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie2021_03_19_1_6_44_59.pdf. Acesso 23/04/2023.

GORZ, André, L'écologie politique entre expectocratie et autolimitation. **Revue Actuel Marx**, nº12, Puf, 1992. In <https://www.cairn.info/revue-actuel-marx-2012-2-page-121.htm>. Acesso 12/04/2023.

HARIVEY, Jean-Marie, la porte écologiste de l'oeuvre de Marx. **Revue Actuel Marx**. nº 50, 2012/2, In <https://www.cairn.info/revue-actuel-marx-2012-2-page-121.htm>. Acesso 14/04/2023.

KAPP, K. William, "On the Nature and Significance of Social Costs", **Kyklos**, 22(2), 1969.

KAPP, K. William, "Environment and Technology: New Frontiers for the Social and Natural Sciences", **Journal of Economic Issues**, 11(3), 1977.

LATOUR, Bruno. **Diante da gaia**. Oito conferências sobre a natureza no antropoceno. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

LOURENÇO, Maria Salvelina Marques; CABRAL José Ednilson de Oliveira. Apicultura e sustentabilidade: visão dos apicultores de Sobral (CE). **Revista em**

Agronegócio e Meio Ambiente. Maringá, v. 9, n.1, p. 93-115, jan./mar. 2016. In <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/145358/1/ART16016.pdf>.

Acesso: 10/06/2023.

MARX, Karl. **O capital.** Livro I. São Paulo: Boitempo, 2020.

MARK, K. **O capital.** Livro III, Rio de Janeiro, Boitempo, 2017.

NEVES, Vítor, Custos sociais: Onde para o mercado? **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n° 95, dezembro de 2011 In <https://journals.openedition.org/rccs/4368> Acesso: 09/06/2023.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI.** Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014.

ROCHE, François; MATHIEU, Béatrice. **Le miel.** Enquête sur le nouvel or jaune. Paris, Éditions François Boudin, 2017.

SACHS, Ignacy. **A terceira margem.** Em busca do ecodesenvolvimento. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SACHS, Ignacy, Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

TOURAINÉ, Alain. **Após a crise.** A decomposição da vida social e o surgimento de atores não sociais. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2010.

WATTS, Michael J. **Silent Violence: Food, Famine, and Peasantry in Northern Nigeria.** Berkeley, University of California Press, 1983.

INVENTÁRIO DE CONHECIMENTO E VARREDURA COMO METODOLOGIA PARA ACAUTELAMENTO DOS BENS HISTÓRICOS E CULTURAIS E A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Arkley Marques Bandeira⁶

⁶ Possui graduação em Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Maranhão (2003), mestrado em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (2008) e doutorado em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (2013). Atualmente é Docente do Ensino Superior da Universidade Federal do Maranhão - Departamento de Oceanografia e Limnologia. Integra o Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade PGCult - UFMA e PRODEMA UFMA, como membro permanente. Coordenador do Observatório Cultural do Maranhão - PGCult - UFMA e o Laboratório de Arqueologia - LABARQ - DEOLI - UFMA. É membro da Sociedade de Arqueologia

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Klauutenys Dellene Guedes Cutrim⁷

RESUMO

O presente artigo Inventário De Conhecimento e a Varredura Como Metodologia Para Acautelamento Dos Bens Históricos e Culturais e a Proteção dos Direitos de Povos E Comunidades Tradicionais. É uma metodologia do IPHAN que busca identificar e pesquisar bens históricos e culturais para preservação. Ele funciona como um mapeamento abrangente, visando a salvaguarda e proteção desses bens. O objetivo é criar um banco de dados para valorização, planejamento, pesquisa e educação patrimonial. A realização do inventário requer pesquisa rigorosa e organização das informações, seguindo as fases de uma pesquisa científica. A delimitação da área de inventário é feita com base nas referências presentes em um determinado território. O artigo apresenta essa metodologia como ferramenta aplicada em pesquisas realizadas na UFMA.

Palavras-chave: Inventário 1; Povos Tradicionais 2. Comunidades Tradicionais 3.

ABSTRACT

This article Knowledge Inventory and Scanning as a Methodology for Safeguarding Historical and Cultural Assets and Protecting the Rights of Traditional Peoples and Communities. It is an IPHAN methodology that seeks to identify and research historical and cultural assets for preservation. It functions as a comprehensive mapping, aimed at safeguarding and protecting these assets. The objective is to create a database for appreciation, planning, research and heritage education. Carrying out the inventory requires rigorous research and organization of information, following the stages of scientific research. The delimitation of the inventory area is based on the references present in a given territory. The article presents this methodology as a tool applied in research carried out at UFMA.

Keywords: Inventory 1; Traditional Peoples 2. Traditional Communities 3

1 INTRODUÇÃO

Brasileira e membro fundador da Casa da Memória do Instituto do Ecomuseu do Sítio do Físico, em São Luís - MA. Integra grupos de pesquisa nacionais e internacionais. Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2.

⁷Possui graduação em Turismo e especialização em Planejamento Ambiental pela Universidade Federal do Maranhão(UFMA). Mestra em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho(UNESP). É professora do Departamento de Turismo e Hotelaria da UFMA e professora permanente do Progrma de Pós-GraduaçaÕ em Cultura e Sociedade (PGCULT/UFMA), coordenadora do Grupo de Pesquisa Patrônio e Cultura-CNPQ

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

O Inventário de Conhecimento ou Varredura é uma metodologia desenvolvida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, e consiste em um instrumento de acautelamento, conhecimento e gestão que objetiva identificar e pesquisar o universo de um bem histórico e cultural de determinada região, podendo se relacionar a um determinado tema, funcionando como um mapeamento abrangente, cujo objetivo final a salvaguarda e proteção.

De acordo com o IPHAN, os Inventários são instrumentos de preservação que buscam identificar as diversas manifestações culturais e bens de interesse de preservação, de natureza imaterial e material. O principal objetivo é compor um banco de dados que possibilite a valorização e salvaguarda, planejamento e pesquisa, conhecimento de potencialidades e educação patrimonial.

Inventariar significa também encontrar, tornar conhecido, identificar. Descrever de forma acurada cada bem considerado, de modo a permitir a sua adequada classificação. Portanto, ele exige uma rigorosa pesquisa, organização e sistematização das informações obtidas, que deve seguir as fases de desenvolvimento de uma pesquisa científica.

A realização de um Inventário depende de que se definam de antemão e se tipifiquem as ocorrências concretas que serão consideradas pertinentes, que no caso em questão é o ofício da manufatura artesanal da cerâmica.

A delimitação da área do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) ocorre em função das referências presentes em um determinado território. Tais áreas podem ser reconhecidas em diferentes escalas, podendo ser corresponder a uma vila, um bairro, uma zona ou mancha urbana, uma região geográfica culturalmente diferenciada ou a um conjunto de segmentos territoriais. Os projetos do INRC são distribuídos por regiões do País e pelas Superintendências Estaduais do Iphan, sendo classificados como realizados e em andamento.

Este artigo apresenta a metodologia de Inventário de Conhecimento ou Varredura como ferramenta aplicada em muitas pesquisas apresentadas nesta obra, cuja aplicação foi realizada por diferentes pesquisadoras e pesquisadores no âmbito

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFMA – Campus de Pinheiro e na Pós-graduação Interdisciplinar em Cultural e Sociedade – PGCult – UFMA.

2 O PATRIMÔNIO E OS METODOS DE SALVAGUARDA DO CONHECIMENTO: INVENTÁRIOS COMO FORMA DE MANTER VIVA A MEMÓRIA

As temáticas que envolvem o patrimônio cultural imaterial, também denominado de intangível ficaram por muitas décadas relegadas aos estudos de folclore e cultura popular, à sombra da presença física dos patrimônios culturais materiais ou tangíveis.

Uma nova perspectiva surgiu, a partir da década de 1970, em torno da noção de *referência cultural*, que promoveu importantes reflexões na prática preservacionista em curso. Neste contexto, se consolidou a ideia de que a construção dos patrimônios culturais deve “fazer sentido” e “ter valor” para outros sujeitos sociais, especialmente os que produzem ou mantêm os bens culturais, conferindo, portanto, critérios de valor e significado (SANT’ANNA, 2006).

Segundo Oosterbeek (2004), este valor não teria uma precificação de mercado, mas pelo contrário. Seria um suporte a qual recorreremos, como já faziam os nossos antepassados, para nos posicionarmos no fio do tempo. É o conjunto de realidades, materiais e imateriais, cuja gestação nos precedeu, e que constitui uma espécie de mapa orientador sobre o qual nos situamos.

Esta nova perspectiva ecoou rapidamente entre os pesquisadores e órgãos de proteção, desconstruindo premissas antigas e já consolidadas, de que os bens culturais dignos de valor e patrimonialização seriam os grandes monumentos e as obras de arte, testemunhos de uma história oficial vinculada as elites. Em caminho oposto, cresceu a premissa de que a patrimonialização da cultura deveria incluir manifestações culturais representativas de todos os povos formadores do Brasil, especialmente as etnias indígenas, os grupos quilombolas, as comunidades tradicionais e as classes populares, em geral.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Logo, a identificação de novas referências culturais representativos dos diferentes grupos sociais brasileiros estimulou o desenvolvimento de instrumentos de pesquisa para lidar com a complexidade do alargamento do conceito de patrimônio, especialmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Neste contexto, outras noções para categorizar o patrimônio cultural foram cunhadas, a exemplo de referências culturais, em uma perspectiva dinâmica e simétrica.

Neste contexto, a noção de referência cultural trouxe no seu cerne indagações sobre quem teria maior legitimidade para selecionar o que deveria ser preservado, a partir quais valores e em nome de que interesses e de quais grupos (LONDRES, 2000).

A trajetória das políticas públicas para o patrimônio cultural imaterial tem na UNESCO a principal fomentadora e articuladora de instrumentos normativos, iniciando-se com a *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*, de 1972; a *Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular*, de 1989, a *Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural*, de 2001, e na *Declaração de Istambul*, de 2002.

Estes documentos deram robustez para construção e aprovação da *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*, de 2003, tratando especificamente da imaterialidade da cultura, e considerando a importância deste componente para a diversidade dos povos e a garantia de desenvolvimento sustentável.

Buscando desconstruir a dicotomia comumente observada entre o patrimônio material e imaterial⁸, este documento ressaltou a profunda interdependência que existe entre ambos, ponderando que os processos de globalização e de transformação social podem gerar fenômenos de intolerância com a diversidade, colocando em risco o patrimônio cultural imaterial (UNESCO, 2006).

⁸ O Decreto-Lei n. 25, de 1937, promulgado por Getúlio Vargas, reconhece em seu Art. 1º que “constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1937, p.1). Este documento não faz menção aos aspectos imateriais presentes do patrimônio cultural.

PROMOÇÃO



APOIO



Para fazer frente a esta situação, a UNESCO propôs a elaboração de legislações específicas por parte dos Estados membros, aliando instrumentos de proteção e salvaguarda⁹, bem como estimulando a criação de fundos de investimento para promoção de inventários de pesquisa, fortalecimento de instituições para gestão do patrimônio cultural imaterial, transmissão desse patrimônio para o amplo público, dentre outros aspectos.

O Brasil se antecipou as recomendações da UNESCO, com a promulgação do Decreto nº3.551, de 2000, que instituiu o *Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial* e o *Programa Nacional do Patrimônio Imaterial*. Além disso, a própria organização do patrimônio cultural brasileiro é ainda mais antiga, remetendo ao Decreto-Lei nº 25, de 1937.

Não obstante, esta temática só ganha espaço na macro política com a promulgação da Constituição Federal, de 1988, sobretudo, o artigo 216 que considera como patrimônio cultural os *bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira*, sendo constituído pelas:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A Carta Magna ampliou o conceito de patrimônio estabelecido pelo Decreto-lei nº 25, de 1937, incorporando o conceito de referência cultural e a definição dos bens

⁹ A salvaguarda compreende as medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não-formal - e revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos (UNESCO, 2006).

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

passíveis de reconhecimento, sobretudo os de caráter imaterial, absorvendo o discurso do patrimônio cultural forjado no Ocidente e consolidando alguns valores e conceitos modernistas, voltados para a identificação e valorização da brasilidade (SALADINO, 2014).

A categorização do patrimônio cultural material foi primeiramente referenciada no Art. 4º, do Decreto-Lei n. 25, que estabeleceu os 4 Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas, sendo exemplificado pelos conjuntos urbanos; bens edificados; sítios arqueológicos, paisagísticos e paleontológicos; bens ferroviários, industriais e rurais; bens móveis, a exemplo das obras de arte, coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

Por sua vez, o Decreto 3.551, em seu Art. 1º, § 1º, também estabeleceu os 4 livros de registro para o patrimônio cultural imaterial, sendo constituídos pelo Livro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; Livro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; Livro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas e Livro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas (BRASIL, 2000, p. 01).

As quatro dimensões do patrimônio imaterial devem representar as diferentes identidades formadoras do Brasil, alicerçada na diversidade cultural do país, na continuidade histórica e na relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.

Neste mesmo Decreto, foram criados outros instrumentos de identificação, proteção e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, a exemplo do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) e o Programa de Patrimônio Imaterial, bem

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

como o Departamento de Patrimônio Imaterial, vinculado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2000).

Diante do exposto, os bens classificados como patrimônio cultural imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas).

Para a UNESCO (2006, p. 4), este conceito envolve:

As práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Mais recentemente, o Maranhão como ente federado brasileiro fez o seu papel e sancionou a Lei nº 10.514, de 2016, que *Dispõe sobre a Proteção de Bens Culturais de Natureza Imaterial, e dá outras providências*. Trata-se de uma adaptação do Decreto 3.551 para a esfera estadual.

A partir de então, além da proteção federal, o patrimônio cultural imaterial maranhense conta com dispositivos regionais de salvaguarda, considerando as práticas, representações, expressões, comportamentos e técnicas, bem como os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade maranhense e que, por registro como patrimônio cultural imaterial, venham a ser reconhecidos como de valor cultural, visando à sua preservação.

Além disso, o maranhão passou a fortalecer ainda mais os bens imateriais, criando o Departamento de Patrimônio Imaterial – DPI, vinculado à Secretaria de Estado da Cultura e Turismo do Maranhão para apoiar e cooperar com a preservação do patrimônio cultural imaterial do Estado.

PROMOÇÃO



APOIO



2.1 INVENTÁRIO DE CONHECIMENTO E VARREDURA: SÍNTESE METODOLÓGICA

Conforme apresentado no item anterior, a noção de referência cultural¹⁰ implicou em uma nova visão de proteção, salvaguarda, divulgação e gestão do patrimônio cultural imaterial. A participação das comunidades na definição e implementação das ações de cunho patrimonial é essencial, pois o princípio da preservação patrimonial pauta-se no compartilhamento das responsabilidades e ações.

Neste contexto, a patrimonialização dos bens culturais passa de uma decisão eminentemente técnica, feita por “especialistas”, para uma decisão coletiva e dialogada, cujo foco é o anseio da comunidade que está envolvida com àquela manifestação cultural.

Sobre esse aspecto, Sant’Anna (2006, p. 9) comentou:

Para a política de salvaguarda preservar o patrimônio cultural brasileiro significa fortalecer e dar visibilidade às referências culturais dos grupos sociais em sua heterogeneidade e complexidade. Significa promover a apropriação simbólica e o uso sustentável dos recursos patrimoniais para a sua preservação e para o desenvolvimento econômico, social e cultural do país. Significa também compartilhar as responsabilidades e deveres dessa preservação e promover o acesso de todos aos direitos e benefícios que ela gera.

Na prática, este novo modelo não deve ser simplificado, pois requer ações processuais e dialógicas de longa duração, sendo essencial a criação e o fortalecimento de mecanismos de contato e aproximação com os atores sociais, especialmente os que produzem, reproduzem, mantêm e transmitem os bens culturais.

E quais seriam estes mecanismos?

Segundo a Convenção da UNESCO os principais instrumentos de acautelamento para o patrimônio cultural imaterial seriam identificação,

¹⁰ A expressão referência cultural tem sido utilizada, sobretudo em textos que têm como base uma concepção antropológica de cultura, e que enfatizam a diversidade não só da produção material, como também dos sentidos e valores atribuídos pelos diferentes sujeitos a bens e práticas sociais. Essa perspectiva plural de algum modo veio descentralizar os critérios, considerados objetivos, porque fundados em saberes considerados legítimos, que costumavam nortear as interpretações e as atuações no campo da preservação de bens culturais (IPHAN, 2000).

documentação, investigação, preservação, proteção, promoção, valorização e a transmissão (UNESCO, 2006). Nesta mesma linha, o IPHAN (2000) reconheceu que a ação preservacionista é constituída por quatro pilares: conhecimento, reconhecimento, preservação e promoção. Portanto, o conhecer é o primeiro passo para salvaguardar as referências culturais imateriais.

Quando se trata da identificação, patrimonialização e proteção das referências culturais, a ação colaborativa é essencial para legitimar quais são as manifestações culturais mais significativas, sobretudo quando estão em jogo diferentes versões da identidade de um mesmo grupo (IPHAN, 2000).

Neste contexto, destaca-se a construção de uma metodologia de pesquisa denominada Inventário de Conhecimento e Varredura, desenvolvida pelo Iphan para produzir conhecimento sobre os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores e que, portanto, constituem marcos e referências de identidade para determinado grupo social. Contempla, além das categorias estabelecidas no Registro, edificações associadas a certos usos, a significações históricas e a imagens urbanas, independentemente de sua qualidade arquitetônica ou artística, conforme apresentado pelo IPHAN (2000, p. 23):

Tem por objetivo identificar, documentar e registrar sistematicamente os bens culturais expressivos da diversidade cultural brasileira. Segundo, que o delineamento dos objetos específicos desse levantamento deve fundamentar-se nas categorias de bens culturais destacadas pelo Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial (GTPI),¹ criado pelo Ministério da Cultura, que são as seguintes: 1. Saberes e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; 2. Celebrações, festas e folguedos que marcam espiritualmente a vivência do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e da vida cotidiana; 3. Linguagens musicais, iconográficas e performáticas; 4. Espaços em que se produzem as práticas culturais.

A delimitação da área do Inventário ocorre em função das referências culturais presentes num determinado território. Essas áreas podem ser reconhecidas em diferentes escalas, ou seja, podem corresponder a uma vila, a um bairro, a uma zona ou mancha urbana, a uma região geográfica culturalmente diferenciada ou a um conjunto de segmentos territoriais.

PROMOÇÃO



APOIO

As referências culturais de grupos antes sem voz própria começam a ser reconhecidas nos textos legais como objetos de direitos. Como se trata, em linguagem jurídica, de “interesses difusos”, de aferição subjetiva, sua definição para fins de proteção constitui um problema complexo, dificilmente solucionável através da transposição de modelos (IPHAN, 2006).

Nas palavras de Londres (2000, p. 20) inventariar corresponderia a:

Identificar, na dinâmica social em que se inserem bens e práticas culturais, sentidos e valores vivos, marcos de vivências e experiências que conformam uma cultura para os sujeitos que com ela se identificam. Valores e sentidos esses que estão sendo constantemente produzidos e reelaborados, e que evidenciam a inserção da atividade de preservação de bens culturais no campo das práticas simbólicas.

Em relação ao inventário, Soares (2009, p. 286) complementa:

O inventário é indicado nominalmente em dispositivo constitucional como um dos instrumentos para promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro. É um instrumento de proteção dos bens materiais e imateriais, móveis e imóveis, públicos ou privados, nacionais e estrangeiros. Além disso, pode ser feito por entes públicos e privados, com adoção de metodologia pré-determinada pelo órgão cultural ou com o uso de metodologia desenvolvida por outros experts ou profissionais que lidem com patrimônio cultural.

A base epistemológica do Inventário pauta-se no método etnográfico, fundamentado nas seguintes premissas:

- ✓ Pesquisa de campo (conduzida no local em que as pessoas convivem e socializam);
- ✓ Levantamento Multifatorial (uso de duas ou mais técnicas de coleta de dados);
- ✓ Método Indutivo (acumulo descritivo em detalhe);
- ✓ Visão Holística (retrato mais completo possível do grupo em estudo, considerando a visão do pesquisador e do pesquisado).

O inventário foca nas dimensões concretamente apreensíveis dos bens históricos e culturais, a exemplo dos documentos escritos, audiovisuais, objetos, bem como depoimentos e narrativas orais que explicitem o fenômeno a ser inventariado.

Etimologicamente, inventário é por definição fazer completo: não falta nada do que se pode ou deve incluir; uma primeira característica de qualquer inventário é a

exaustividade. Mas para ser exaustivo, um inventário deve ser sistemático, ou seja, coerente com determinados critérios de inclusão e exclusão dos elementos que deverão constituir-lo (IPHAN, 2000).

A metodologia de inventário costuma ser estruturada em etapas, que correspondem a níveis sucessivos de aproximação, indo de uma fase mais simples até a mais complexa, que em conjunto consistem no Levantamento preliminar; Identificação, Documentação e Extroversão, conforme descritas a seguir.

Etapa 1 – Planejamento e preparação da pesquisa – Levantamento Preliminar

- ✓ Elaboração do Plano de Trabalho contemplando a organização das atividades da equipe, levantamento das fontes e definição das atividades de campo;
- ✓ Realização da pesquisa histórica, iconográfica, audiovisual e bibliográfica, consultando órgãos públicos federais, estaduais e municipais, instituições e entidades de pesquisa, Universidades;
- ✓ Elaboração dos roteiros prévios de pesquisa;
- ✓ Agendamento de um calendário de trabalho com os interlocutores.

Etapa 2 – Pesquisa de campo – Identificação e documentação

- ✓ Realização das reuniões preparatórias com os pesquisadores e a comunidade;
- ✓ Apresentação e adaptação da metodologia de Inventário de Conhecimento e Varredura, com o roteiro estruturado conjuntamente entre pesquisadores e comunidade para os fins desta pesquisa;
- ✓ Aplicação dos questionários aos atores sociais definidos previamente;
- ✓ Acompanhamento do bem a ser inventariado em toda a sua plenitude;
- ✓ Produção da documentação fotográfica e audiovisual;
- ✓ Sistematização, organização e avaliação das informações levantadas em campo e da documentação reunida e produzida no processo das pesquisas, com o devido preenchimento de fichas, complementação e verificação do bem cultural inventariado;
- ✓ Validação das informações.



Etapa 3 – Exposição dos resultados - Extroversão

- ✓ Realização de ações de divulgação do objeto inventariado.

Etapa 4 – Avaliação e elaboração de mecanismos de salvaguarda

- ✓ Realização de reuniões avaliativas para elaboração de mecanismos de salvaguarda e proteção.

OS PRODUTOS GERADOS PELOS INVENTÁRIOS DE CONHECIMENTO E VARREDURA

Quando aplicado, o Inventário de Conhecimento e Varredura deve resultar nos seguintes resultados mínimos:

- ✓ Propiciar a sistematização das fontes e documentos disponíveis sobre a formação cultural de localidades e grupos humanos bem delimitados;
- ✓ Aprofundar os resultados dessa varredura preliminar por meio do contato direto com as populações envolvidas;
- ✓ Subsidiar tecnicamente a identificação dos sentidos de identidade associados a edificações, lugares, celebrações, formas de expressão e ofícios, visando à produção de registros textuais e audiovisuais que sejam sensíveis aos aspectos dinâmicos e contextuais das realidades consideradas;
- ✓ Facilitar a comparação entre diferentes regiões e oferecer subsídios para o estabelecimento de políticas sociais na área do patrimônio;
- ✓ Incentivar a interlocução entre os profissionais (técnicos e acadêmicos, de várias especialidades) que trabalham na área do patrimônio, fortalecendo um padrão de conduta intelectual que diferencia o IPHAN desde as suas origens;
- ✓ Sugerir uma agenda de questões teóricas e práticas que sirva como ponto de partida a um aprofundamento de métodos e conceitos que aproxime, nos trabalhos de campo, as disciplinas que se dedicam à temática do patrimônio, especialmente a arquitetura e a antropologia.

Além disso, a aplicação do Inventário deve permitir alcançar os seguintes níveis de informação:

PROMOÇÃO



APOIO



- ✓ Descrição, sistematização e tipificação das ocorrências mais relevantes relacionadas ao ofício de ceramista;
- ✓ Mapeamento das relações entre os itens identificados e destes com outros bens e práticas relevantes;
- ✓ Identificação dos aspectos básicos de seus processos de formação, assim como seus executantes, mestres, aprendizes e seu público.

No âmbito deste livro, o Inventário de Varredura e Conhecimento foi aplicado no âmbito do Projeto de Pesquisa e Extensão denominado de “Vivências Patrimoniais”, idealizada por um dos organizadores deste Livro, Arkley Marques Bandeira. As vivências patrimoniais são estratégias de ensino e pesquisa para envolver os discentes em torno de diferentes aspectos da região da Baixada Maranhense e Reentrâncias Maranhenses.

Os temas foram divididos entre as equipes de pesquisa, que ficaram responsáveis pela elaboração e aplicação dos Inventários de Conhecimento e Varredura em diferentes contextos, conforme serão apresentados ao longo do livro.

3 CONCLUSÃO

O Inventário de conhecimento ou varredura é fundamentado no método etnográfico e busca identificar e documentar bens históricos e culturais. A metodologia é estruturada em etapas, incluindo planejamento, pesquisa de campo e exposição dos resultados. Seus produtos incluem a sistematização de fontes, aprofundamento por meio do contato direto com as populações envolvidas e subsídios para políticas sociais na área do patrimônio.

Os produtos gerados pelo inventário incluem a sistematização das fontes e documentos, a identificação dos sentidos de identidade associados aos bens inventariados e a facilitação da comparação entre diferentes regiões. A aplicação do inventário permite a descrição e mapeamento das ocorrências relevantes, além da identificação dos processos de formação e envolvido O livro apresenta a aplicação do

PROMOÇÃO



APOIO

inventário no projeto "Vivências Patrimoniais", que explora diferentes aspectos da região da Baixada Maranhense e Reentrâncias Maranhenses.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm. Acesso em 14 de maio 2013.

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em 14 de maio de 2023.

BRASIL. República Federativa do Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil: texto promulgado em de 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais nos 1/92 a 52/2006. Brasília: Senado, 2006.

IPHAN. **Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação.** Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. – Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

LONDRES, Cecília. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. **Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação.** Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

OOSTERBEEK, Luiz. Arqueologia pré-histórica: entre a cultura material e o patrimônio intangível. **Cadernos do LEPAARQ** - Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio, v. I, n. 2. Pelotas: Editora da UFPEL, p. 41-54, Jul/Dez 2004.

SALADINO, Alejandra. **IPHAN, arqueólogos e patrimônio arqueológico brasileiro: um breve panorama.** *Revista de Arqueologia*, v, 26, n. 2. p. 40-58. São Paulo: SAB, 2013.

SANT'ANNA, Márcia. Avanços da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. In Patrimônio Imaterial: **O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial.** Brasília: Ministério da Cultura /Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 4. ed, 2006.

SOARES, Inês Virgínia P. **Direito ao (do) Patrimônio Cultural Brasileiro.** Belo Horizonte: Fórum, 2009.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**, de 17 de outubro de 2003. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2006.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

COMPREENSÃO INDÍGENA SOBRE TERRITÓRIO

Ana Caroline Amorim Oliveira¹¹

RESUMO

Este trabalho objetiva refletir sobre as definições sobre a terra e o território a partir do pensamento de intelectuais indígenas Krenak (2019;2020;2022), Kopenawa (2015) e do movimento das mulheres indígenas através de seus manifestos produzidos após a Marcha das Mulheres Indígenas (2019; 2021). Os povos originários possuem, a partir de sua diversidade, outros olhares sobre a terra/território. Esta/e entendidos enquanto parentes (mãe, avó, avó, irmão...), enquanto parte de si mesmos numa relação de respeito e horizontalidade e conectividade. Tal pensamento ameríndio tenciona e problematiza os olhares ocidentais capitalistas acerca da terra entendida enquanto um objeto vendável, portanto, sem agenciamento e passiva. Assim, é urgente aprendermos com os povos originários outras formas de viver neste território de forma não capitalista.

Palavras-chave: Povos originários. Pensamento ameríndio. Terra/território.

ABSTRACT

This work aims to reflect on the definitions of land and territory based on the thinking of indigenous intellectuals Krenak (year), Kopenawa (year) and the indigenous women's movement through their manifestos produced after the Marcha das Mulheres Indígenas (2019; 2021). The original peoples have, based on their diversity, other perspectives on the land/territory. This/and understood as relatives (mother, grandmother, grandmother, brother...), as part of themselves in a relationship of respect, horizontality and connectivity. Such Amerindian thought intends and problematizes the western capitalist views about the land understood as a salable object, therefore, without agency and passive. Thus, it is urgent that we learn from the native peoples other ways of living in this territory in a non-capitalist way.

Key-words: Original peoples. Amerindian thought. Land/territory.

¹¹ Possui Graduação em Ciências Sociais –UFMA, Mestrado em Antropologia pela UFPE. Doutorado em Antropologia pela Universidade de São Paulo -USP. É professora da UMFA e membro do Programa de Pós Graduação em Cultura e Sociedade-PGCULT. É Líder do Grupo de Pesquisa epistemologia da Antropologia, Etnologia e Política. Cnpq.

PROMOÇÃO



APOIO



1 INTRODUÇÃO

O Rio Doce para o povo Krenak é um ancestral, é uma pessoa. E ele morreu em decorrência da ambição do homem branco e do seu sistema econômico de troca no qual tudo vira mercadoria, se torna um recurso a ser explorado. Neste sistema econômico e que também constrói subjetividades, a “natureza” se torna algo a ser explorado, um recurso. Nada mais. O oposto deste tipo de pensamento é o pensamento dos povos originários. Assim, este trabalho objetiva refletir sobre as definições sobre a terra e o território a partir do pensamento de intelectuais indígenas Krenak (2019; 2020; 2022), Kopenawa (2015) e do movimento das mulheres indígenas através de seus manifestos produzidos após a Marcha das Mulheres Indígenas (2019; 2021).

2 DESENVOLVIMENTO

Os povos originários possuem, a partir de sua diversidade, outros olhares sobre a terra/território. Esta/e entendidos enquanto parentes (mãe, avó, avô, irmão...), enquanto parte de si mesmos numa relação de respeito e horizontalidade e conectividade. Tal pensamento ameríndio tenciona e problematiza os olhares ocidentais capitalistas acerca da terra entendida enquanto um objeto vendável, portanto, sem agenciamento e passiva.

Esse outro olhar compreende que os seres vivos estão em total e completa relação que possuem vontades e sentimentos. E, por isso, podem se magoar, se ferir e, também, se vingar. Não há uma separação dicotômica e hierárquica entre humanos e não humanos ou entre natureza e cultura. É esta organicidade que incomoda aos capitalistas, como afirma Krenak (2019):

A organicidade dessa gente é uma coisa que incomoda, tanto que as corporações têm criado cada vez mais mecanismos para separar esses filhotes da terra de sua mãe. “Vamos separar esse negócio aí, gente e terra, essa bagunça. É melhor colocar um trator, um extrator na terra. Gente não, gente é uma confusão. E, principalmente, gente não está treinada para dominar esse recurso natural que é a terra. (KRENAK, 2019, p. 12).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Krenak (2019) nos alerta que termos uma denominação de era na Terra como Antropoceno é para nos deixar em alerta pois significa que imprimimos no ambiente uma marca, uma cicatriz de um trauma que esta em aberto. E, que, pode ser irreversível.

A conclusão ou compreensão de que estamos vivendo uma era que pode ser identificada como Antropoceno deveria soar como um alarme nas nossas cabeças. Porque, se nós imprimimos no planeta Terra uma marca tão pesada que até caracteriza uma era, que pode permanecer mesmo depois de já não estarmos aqui, pois estamos exaurindo as fontes da vida que nos possibilitaram prosperar e sentir que estávamos em casa, sentir até, em alguns períodos, que tínhamos uma casa comum que podia ser cuidada por todos, é por estarmos mais uma vez diante do dilema a que já aludi: excluimos da vida, localmente, as formas de organização que não estão integradas ao mundo da mercadoria, pondo em risco todas as outras formas de viver(...). (KRENAK, 2019, p. 23).

O mundo da mercadoria é um mundo que se impõe em confronto com outros mundos pois se colocar como única possibilidade de existência possível e desejável. Krenak questiona porque essas narrativas de outros mundos possíveis não nos afetam: “Por que essas narrativas não nos entusiasmam? Por que elas vão sendo esquecidas e apagadas em favor de uma narrativa globalizante, superficial, que quer contar a mesma história para a gente ?”.

A impossibilidade de sonhar outros mundos vivíveis, de imaginar que existem distintas formas de estar vivo, de experienciar a possibilidade da existência é um produto do capitalismo. Este nos tira a capacidade de imaginar e de sonhar. É mais fácil pensarmos o fim do mundo do que o fim do capitalismo. Essa possibilidade nos foi tirado do campo das possibilidades quando ocorreu a queda do Muro de Berlim em 1988 e houve uma aparente vitória do capitalismo no mundo. É nos direcionando para os intelectuais indígenas e sua produção filosófica e poética que nos avistamos uma saída para o fim do mundo: “E a minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim”.(KRENAK, 2019, p.13).

As mulheres indígenas têm pautado a questão da terra e do território a partir de uma perspectiva interseccional através da organização da Marcha das Mulheres

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Indígenas ocorreu nos anos de 2019 e 2021 com os respectivos temas “Território: nosso corpo, nosso espírito” e “Mulheres Originárias: reflorestando mentes para a cura da Terra”. Os dois momentos produziram dois documentos com as pautas e temas refletidos durante essa grande articulação das mulheres indígenas de diferentes biomas, territórios e línguas.

Neste documento as mulheres se apresentam enquanto mulheres, lideranças e guerreiras geradoras e protetoras da vida que irão se posicionar contra as violências e violações contra os seus corpos, espíritos e territórios para isso irão disseminar suas sementes, rituais, língua para garantir a existência.

Estão entrelaçados através dos corpos das mulheres indígenas os seus espíritos e territórios. Assim, como a terra, o corpo das mulheres gera vida, gera esperança. Sua presença, seus conhecimentos ancestrais, seus filhos e filhas são sementes para o futuro ancestral. Beatriz Nascimento(2006, p.68) descreve o corpo negro de homens e mulheres como um corpo/mapa a partir do processo diaspórico provocado pela escravidão capitalista: “Corpo/ mapa de um país longínquo que busca outras fronteiras, que limitam a conquista de mim. Quilombo mítico que me faça conteúdo da sombra das palavras. Contornos irrecuperáveis que minhas mãos tentam alcançar.”

Os corpos dos povos originários ameríndios e os corpos dos povos originários africanos se tornam corpo/mapa de territórios longínquos que buscam outras fronteiras para expansão de sua (re)existência.

Defender o território é como defender um filho, afirmam as lideranças indígenas. É também desrespeitar os ancestrais que tudo criaram e lutaram pela manutenção do território. “É a perda do sagrado e do sentido da vida”. Garantir o território em sua plenitude é garantir que os modos de existência e as ontologias dos povos originários continuem.

Queremos respeitado o nosso modo diferenciado de ver, de sentir, de ser e de viver o território. Saibam que, para nós, a perda do território é falta de afeto, trazendo tristeza profunda, atingindo nosso espírito. O sentimento da violação do território é como o de uma mãe que perde seu filho. É desperdício de vida. É perda do respeito e da cultura, é uma desonra aos nossos ancestrais, que foram responsáveis pela criação de tudo. É desrespeito aos

PROMOÇÃO



APOIO





que morreram pela terra. É a perda do sagrado e do sentido da vida (DOCUMENTO..., 2019).

O texto finaliza com a reafirmação do compromisso de fortalecer as alianças com mulheres de todos os setores da sociedade brasileira e estrangeira e dos mais diversos biomas como as do campo, da cidade, da floresta e das águas que também são atacadas por suas formas de existência e também, com a responsabilização do movimento das mulheres indígenas em através da relação com os territórios, com a terra, com a Mãe Terra e com o futuro:

Temos a responsabilidade de plantar, transmitir, transcender, e compartilhar nossos conhecimentos, assim como fizeram nossas ancestrais, e todos os que nos antecederam, contribuindo para que fortaleçamos, juntas e **em pé de igualdade com os homens, que por nós foram gerados**, nosso poder de luta, de decisão, de representação, e de cuidado para com nossos territórios. Somos responsáveis pela fecundação e pela manutenção de nosso solo sagrado. Seremos sempre guerreiras em defesa da existência de nossos povos e da Mãe Terra. (DOCUMENTO...2019).

As mulheres estabelecem uma relação direta entre os seus corpos e os territórios. Enquanto, espaços de fecundação e geração da vida, das futuras gerações e da manutenção da sacralidade desses corpos-território. As mulheres colocam a importância da luta em pé de igualdade com os homens (que por esses corpos-territórios foram gerados. Elas se autodefinem enquanto guerreiras que estão em defesa da existência não só dos seus povos mas da Mãe Terra, pois sem ela a existência não é possível.

A segunda marcha das mulheres Indígenas que ocorreu no período de 07 a 11 de setembro de 2021, com o tema “Mulheres Originárias: reflorestando mentes para a cura da Terra”, ocorreu durante o governo do Jair Messias Bolsonaro, do contexto da pandemia da COVID-19¹², da luta pela defesa dos territórios e sua demarcação constitucional e contra a violência de gênero em relação às mulheres indígenas em

¹² Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde-OMS decretou a pandemia do novo coronavírus SARS-CoV-2 que causa a doença, Covid-19, uma síndrome respiratória aguda. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19#:~:text=Em%2011%20de%20mar%C3%A7o%20de,pa%C3%ADses%20e%20regi%C3%B5es%20do%20mundo.>

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



razão especial dos feminicídios da Daiane Griá Sales Kaingang de 14 anos de idade na Terra Indígena do Guarita, em Redentora, no Rio Grande do Sul¹³ e da criança Raissa Guarani Kaioxá de 11 anos na aldeia Bororó na Reserva Indígena Federal de Dourado, no Mato Grosso do Sul¹⁴.

Este contexto bem específico estava permeado de entrecruzamentos de diversas violências e violações aos direitos dos povos originários - como o direito original ao território, à saúde e à diferença- e, em especial, às mulheres indígenas. Primeiro território a ser ocupado e violado em contexto de guerra. (SEGATO, 2022).

Esta segunda marcha produz um segundo manifesto intitulado “MANIFESTO REFLORESTARMENTES: Reflorestarmentes de sonhos, afetos, soma, solidariedade, ancestralidade, coletividade e história” e uma plataforma¹⁵ para organizar os saberes ancestrais das mulheres originárias colocando a disposição para que as pessoas possam ser tocadas por esse chamado. Em seu título está marcado a preocupação das mulheres indígenas em afetar as mentes das pessoas através da sensibilidade dos sonhos, afetos, solidariedade, coletividade e história. Tudo que a subjetividade capitalista é contrária e refratária. Nos fazendo crer que não é possível viver em um mundo de sonhos, afetos, soma, solidariedade, ancestralidade, coletividade e história. Assim, são as mulheres indígenas as protagonistas de uma nova forma de viver no mundo através de uma nova relação com a Mãe Terra e com os outros seres que aqui habitam.

Trata-se de um grande chamamento que fazemos à humanidade, na tentativa de proporcionar a todos os povos do mundo uma nova forma

¹³ No dia 04 de agosto de 2021 o corpo da indígena Daiane Kaingang de 14 anos foi encontrada nua e com o corpo dilacerado após quatro dias desaparecida após a ida à uma festa no interior do município de Redentora, no Rio Grande do Sul. É criado então a campanha justiça para Daiane. Disponível em <https://apiboficial.org/2021/08/05/justica-para-daiane-kaingang/>

¹⁴ No dia 10 de agosto de 2021 a criança Raissa Guarani Kaioxá de 11 anos foi encontrada morta, sem roupas, no penhasco de uma pedreira na Reserva Indígena Federal de Dourado, no Mato Grosso do Sul. Raissa foi vítima de um estupro coletivo e faleceu após ser jogada do penhasco. Disponível em: <https://catarinas.info/assembleia-mulheres-kaiowa-e-guarani-denuncia-femicidio-de-raissa/>

¹⁵ A plataforma está disponível no site da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade - ANMIGA, disponível em: <https://anmiga.org/>

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

possível de nos relacionarmos com a Mãe Terra, e também entre nós, seres que nela vivemos. (MANIFESTO, 2021).

Tal manifesto é apresentado publicamente pois a convocação que as mulheres indígenas organizadas estão fazendo é alertar- para não indígenas e indígenas- sobre a reconexão com a Mãe Terra para que tenhamos um futuro. Como afirma o intelectual indígena Ailton Krenak (2022), o futuro é ancestral. Somente através do conhecimento dos povos originários, em especial, das mulheres indígenas que poderemos continuar a viver neste planeta.

Diversas emergências estão se apresentando no mundo: a emergência climática e ambiental aliada a maior pandemia da contemporaneidade deixando um número absurdo de mortos, excluídos e flagelados, fome, o desemprego, o racismo, a LGBTFOBIA, o machismo colocam milhares em extrema vulnerabilidade. A partir de todos esses elementos críticos da vida no planeta presente em todos os países capitalistas as mulheres afirmam ser um caminho de morte e destruição do qual estamos próximos de chegar a um ponto de não retorno. Elas afirmam: “este caminho não podemos e não queremos trilhar”.

A partir do que elas não querem trilhar, as mulheres indígenas apresentam o caminho para este fim de mundos através do conceito de reflorestarmos: construir um trajeto de vida e reconstrução que se baseie no encontro entre os povos, no cuidado com a Terra e na interação positiva dos saberes.

É possível vivermos e convivemos de outra forma, com outras epistemes, a partir de cosmologias ancestrais. Cuidar da Mãe Terra é, no fundo, cuidar de nossos próprios corpos e espíritos. **Corpo é terra, floresta é mente.** Queremos reflorestar as mentes para que elas se somem para prover os cuidados tão necessários com nosso corpo-terra. (MANIFESTO, 2021). Grifo nosso.

O corpo enquanto território, enquanto corpo-mapa, enquanto corpo-terra, precisa ser compreendido a partir de outras epistemes, das cosmologias ancestrais e

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



não mais como uma mercadoria ou como um recurso a ser explorado para gerar mais-
valia ao seu “proprietário”. O corpo é terra, a floresta é a mente. É reflorestando as
mentes que as mesmas podem cuidar de forma amorosa e respeitosa com o nosso
corpo-terra. Isso só pode ser feito de forma coletiva pois é em conexão com todos os
seres vivos, humanos e não humanos que a Mãe Terra vive e pulsa.

E, por fim, o manifesto termina com um chamado, um pedido ou uma
convocação: “Vamos juntas construir o bem-viver e viver bem para todos! Vamos
juntas reflorestar mentes para curar nossa terra!”

3 CONCLUSÃO

Ouvir os intelectuais indígenas, as mulheres indígenas, os pajés e xamãs
indígenas é fundamental para que possamos continuar a habitar este lugar que
chamamos de Terra e que para os povos originários é a Mãe Terra. Nada mais
anticapitalista do que tornar pessoa o território. É urgente aprendermos com os povos
originários outras formas de viver neste território de forma não capitalista.

4 REFERENCIAS

CIMI. Marcha das Mulheres Indígenas divulga documento final: “lutar pelos nossos
territórios é lutar pelo nosso direito à vida. Publicado em 15/08/2019. Disponível em:
<https://cimi.org.br/2019/08/marcha-mulheres-indigenas-documento-final-lutar-pelos-nossos-territorios-lutar-pelo-nosso-direito-vida/> Acessado em maio de 2023.

DOCUMENTO FINAL DA MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS: “TERRITÓRIO:
NOSSO CORPO, NOSSO ESPÍRITO”. 2019. Disponível em:
<https://cimi.org.br/2019/08/marcha-mulheres-indigenas-documento-final-lutar-pelos-nossos-territorios-lutar-pelo-nosso-direito-vida/> Acesso em 20 de maio de 2023.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das letras,
2019.

_____. A vida não útil. São Paulo: Companhia das letras, 2020.

_____. Futuro ancestral. São Paulo: Companhia das letras, 2022.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



KOPENAWA, Davi. ALBERT, Bruce. “Falar aos brancos. Casas de Pedra”. In: A queda do céu. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios**. Rio de Janeiro: Ed. Bazar do Tempo, 2022.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2023.

MANIFESTO REFLORESTARTEMENTES: Reflorestarmentes de sonhos, afetos, soma, solidariedade, ancestralidade, coletividade e história. 2021. Disponível em: <https://anmiga.org/manifesto-reflorestarmentes-reflorestarmentes-de-sonhos-afetos-soma-solidariedade-ancestralidade-coletividade-e-historia/> Acesso em: 20 de maio de 2023.

MANIFESTO DAS PRIMEIRAS BRASILEIRAS. Disponível em <https://anmiga.org/manifesto/> Acessado em 23 de maio de 2023.

NASCIMENTO, Leticia. **Transfeminismo**. São Paulo: Ed. Jandaíra, 2022.

NASCIMENTO, Beatriz. Corpo/mapa de um país longínquo - Intelecto, memória e corporeidade. In: **Eu sou atlântica sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. RATTs, Alex.(Orgs). São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

PROMOÇÃO



APOIO

